

**AS ORDENS  
DO DISCURSO DO “CLAMOR AFRICANO”:  
CONTINUIDADE E RUPTURA  
NA IDEOLOGIA  
DO NACIONALISMO UNITÁRIO**

Mário Pinto de Andrade \*



*Para Aquino de Bragança*  
In Memoriam

Quando em Maio de 1887, o "irrequieto" e "irreverente" ex-alferes angolano **Alfredo de Aguiar** se habilitava em Quelimane como editor para o lançamento da "Gazeta do Sul",<sup>1</sup> de certo não poderia vislumbrar que, a um século de distância, um vindouro seu compatriota utilizaria o título evocatório de outro jornal de que foi redactor político, "Clamor Africano" para este fim confessável: o da reconstituição do fio condutor ideológico, colectivamente elaborado pelas **élites** africanas.

Pretendemos, com efeito, na apresentação do tema em debate, desmontar o sistema discursivo nacionalista, ou melhor, analisar o "processus" histórico de continuidade e ruptura na ideologia dos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, entre 1911 e 1961.

Congregador das formações políticas que se apresentam como porta-vozes das massas oprimidas nas colónias portuguesas o movimento unitário surge no início do século, beneficiando do clima de liberdade de expressão instaurado pela proclamação da primeira república, em Portugal.

Deve-se o primeiro impulso associativo aos nativos de São Tomé e Príncipe que sobrevivem economicamente à luta implacável pela posse da terra, desencadeada no decurso do século XIX, após a abolição das relações escravocratas de trabalho e a organização de uma estrutura económica baseada no capital.

---

\* Investigador angolano, associado ao Centro de Estudos Africanos da UEM.

1. Vide: *Gazeta do Sul* 1889-1892. Folha semanal. Quelimane.

A comunidade africana residente sobretudo em Lisboa alarga-se e engloba, em diversas proporções, personalidades eminentes do conjunto do "Império".

Originário da camada social dos proprietários agrícolas (é o caso particular de São Tomé e Príncipe), filhos de funcionários e comerciantes, alguns dos seus membros viriam a exercer profissões liberais e a ocupar funções administrativas no espaço da sociedade colonial e igualmente em Portugal. Trata-se da **élite** representativa de uma pequena burguesia (urbana e rural) não homogénea, cuja vocação natural é a direcção de um poder autónomo ou regionalista, no seu próprio interesse.

Influenciados pelos ideais difundidos pelos doutrinários da república portuguesa, os **protonacionalistas** desfraldam a bandeira do protesto contra as "leis iníquas de excepção" e inscrevem a sua acção no quadro de uma grande pátria lusitana. Mas em tanto que negros, é seu dever defender, antes de tudo, a **raça**, em posição contra-ofensiva face ao preconceito reinante sobre a inferioridade congénita deste grupo humano.

Daí que a matriz dos discursos repouse essencialmente sobre dois elementos — o orgulho de pertencerem ao mundo negro e a reclamação do estatuto jurídico, social e político de africanos portugueses.

Como acontece frequentemente com as associações políticas que se manifestam no exterior do terreno principal onde se reflecte a sua actividade, as divisões que opuseram as duas organizações africanas na capital do **império**, agiram negativamente sobre a articulação reivindicativa do seu projecto. A conflitualidade revelada no plano das orientações programáticas não foi, contudo, de natureza a distinguir duravelmente a **Liga Africana** e o **Partido Nacional Africano** sobre o essencial, isto é, a posição face ao sistema colonial.

O último sobressalto materializado pela tardia fusão que interveio em 1931, com o **Movimento Nacionalista Africano**, num período de estruturação do **Estado Novo**, em Portugal, não traria consequências operatórias.

Os protagonistas deste combate unitário inspiram-se nas ideias que atravessam o seu tempo. Se transpõem a máxima de Monroe para a situação africana — mas unicamente na fase preliminar do aparecimento do jornal "O Negro" — não chegam ao ponto de assimilar verdadeiramente o preceito Wilsoniano e ainda menos Leninista sobre a livre determinação dos povos e das nações.

São as dinâmicas pan-africana e pan-negrísta em torno de Du Bois e de Marcus Garvey que constituem a ligação ideológica de integração do movimento "afro-português". A participação nessas correntes libertadoras (operadas, aliás, separada-

mente, pelas duas organizações) acompanha-se do fascínio exercido pelo universo dos negros americanos — as etapas de uma história, desde os horrores da escravatura à linha de cumes alcançada nos domínios do saber, ciência e tecnologia, letras e artes, desportos. Um referente privilegiado do **renascimento africano**.

Mantendo-se à escuta dos acontecimentos que dizem respeito aos povos do "mundo negro", os ideólogos e publicistas contribuem para universalizar o discurso da **raça**. Nisto se aproximam dos seus homólogos que, entre as duas guerras mundiais, militam em França nos "movimentos negros".

Encarado na sua perspectiva histórica, o protonacionalismo é prisioneiro de um postulado de base que compõe a matriz ideológica do seu discurso: a reivindicação de africanos portugueses, no interior de um espaço hipotético — o **Portugal-Maior**.

Ao tomarem o partido de Portugal na questão do cacão-escravo, questão levantada pelos filantropos e chocolateiros britânicos, e de um modo mais geral sobre as condições de trabalho nas colónias, registam-se vozes autorizadas do protonacionalismo que se juntam ao coro de um delírio patriótico à glória lusitana.

Resta que, apesar da linguagem ambivalente dos discursos, intervenção na denúncia das **momentosas questões**, a exposição de protestos populares no **congresso**, nos parâmetros fixados pela legalidade republicana, encontram um eco favorável e suscitam esperanças, entre largos sectores de opinião da sociedade colonizada.

Como não é despicienda a repercussão da prática sócio-política do movimento unitário sobre certos aspectos gritantes do despotismo dos potentados locais.

## **A 1.ª ORDEM DO DISCURSO**

Vejamos como se enuncia a primeira ordem do discurso do "Clamor Africano", no contexto da legalidade colonial. É através da ambivalência da linguagem utilizada, da análise de conteúdo, da identificação dos destinatários-interlocutores — e, enfim, da composição sociológica dos **actores-dirigentes** que abarcamos as propostas do protonacionalismo.

A ideologia implícita do discurso em questão, tal como se depreende das suas categorias políticas revela uma linguagem caracterizada pela ambivalência. Pode-se agora captá-la através da unidade temática fundamental — a identidade dos actores, exposta pelas variáveis terminológicas. Os indicadores utilizados (a ordem e a escolha das palavras, os qualificativos e recorrên-

cias) ajudam a desvendar as representações sociais dos ideólogos.

Esta análise de conteúdo conduz à manifestação do indivíduo constituinte do **ego** do discurso social e dos seus destinatários. Assim, o entendimento da composição sociológica dos protagonistas encontra-se facilitado.

## A. A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Tomemos no **corpus** textual dos movimentos unitários, os editoriais e artigos doutrinários, que, desde o prefácio à sua acção ilustrada pelo jornal "O Negro" compõem o tecido ideológico do protonacionalismo.

A definição dos actores envolvidos responde a um duplo posicionamento: de ordem política — face à primeira república e ao regime do **Estado Novo** e de ordem sócio-cultural — diante das massas populares privadas do benefício da escola e das luzes da "civilização".

As variáveis encaradas são a autodesignação de **nativo, negro, africano, português** e os qualificativos associados — **africano português** ou **afro-português**.

No decurso da breve fase preliminar (em 1911), os ideólogos colocam-se no terreno negrista.

Pertencendo à "raça por excelência escravizada", trata-se de a reabilitar e de a salvar do seu estado de infortúnio.

Afirmam defender a "raça negra" e advogam simultaneamente a abolição da hierarquia estabelecida entre os povos "aristocráticos" e "plebeus". O discurso da raça adopta o estilo profético:

"Benditas serão todas as torrentes de lágrimas, todas as bagas de suor, e todas as gotas de sangue que vertes para a efectivação desse Ideal que há-de trazer um novo e mais fulgido lampejo à consciência humana"<sup>1</sup>.

**Negros e filhos d'África**, os editorialistas de "O Negro" ignoram a referência expressa à categoria jurídica de **portugueses**.

O período preenchido pela **Junta de Defesa dos Direitos de África** (J. D. D. A.), o **Partido Nacional Africano** (P. N. A.) e a **Liga Africana** (L. A.), de 1912 ao fim dos anos 20 conhece uma evolução no modo de se nomear.

Consideram-se os produtores deste discurso como **Africanos** votados à organização dos compatriotas da mesma **raça** para melhorar o destino moral, civil e social dos **negros africanos**.

---

1. O Negro. N.º 1. 9 de Março de 1911.

Há um recurso metafórico ao **sujeito-raça** — “que desperta do sono secular” — e ao **sujeito povos africanos** “que não podem continuar a viver fora da constituição política da república”. E clarificam a sua situação existencial nestes termos:

“Nós todos, os africanos, vivemos num regime de opressão e de violência, esmagados nas nossas aspirações mais legítimas, rejeitados do convívio social, escurraçados da civilização como bestas ferozes”<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo que se demarcam dos “irmãos da Europa”, pelo facto da submissão “à tirania das leis iníquas”, preconizam a manutenção da “integridade do solo nacional” e batem-se contra a existência de “duas castas de portugueses: a dos dominadores e a dos dominados”, de duas pátrias (vencedores/vencidos, homens livres/escravos, coloniais/metropolitanos).

No seio das próprias formações unitárias, observam-se cambiantes semânticas na autodesignação. Assim, a **Liga Africana** declara ser constituída por “indivíduos de **raça africana** e das associações aderentes”, enquanto o **Partido Nacional Africano** fundamenta a sua legitimidade na “organização dos **indígenas** das cinco províncias da África portuguesa em instituições de carácter civil, económico, social e político”.

A enunção da identidade segue a progressão **homens de raça africana, africanos e africanos portugueses**, tornando-se esta última a mais usual. Menos utilizada aparece a expressão **negros portugueses** e com mais frequência e de **afro-portugueses**, para se distinguirem dos outros membros da **família africana** composta de “afro-franceses, afro-belgas, afro-ingleses, afro-americanos...”.

Se, no fim dos anos 20, o órgão do “PNA,” **A Voz d’África** sublinha a dupla origem primordial — à **raça** e à **África** e dá preeminência ao termo de **africanos**, em contrapartida, aquando da apresentação do “**Movimento Nacionalista Africano**”, a designação colectiva não deixa margens a equívocos:

“...Quando escrevemos **africanos**, queremos referir-nos ao bloco dos africanos portugueses especialmente, isto é, às populações de Angola, de São Tomé e Príncipe, da Guiné, de Cabo Verde e de Moçambique”<sup>2</sup>

---

1. **Tribuna d’África**. N.º 7 (18). 22 de Junho de 1913.

2. “Para a união dos africanos de Lisboa e de toda a África! Para a união de todos os portugueses” — In **África**. 11 de Novembro de 1931.

## B. OS INTERLOCUTORES/DESTINATÁRIOS

Logo na fase preliminar do combate protonacionalista, o papel de "fazer triunfar as reivindicações da raça escravizada" é atribuído à "classe mais instruída e ilustrada da raça negra" em associação com "os menos cultos". Face às populações indígenas, o sinal de reconhecimento da elite provém da aquisição cultural tornada possível pela escola colonial, mas é mister lutar contra os preconceitos ainda reinantes a respeito dos negros, "o estigma infamante da raça":

"Redima-se numa palavra a raça negra do labéu de ignorante e de escrava, porque está sabido e demonstrado que ela se pode elevar à altura da raça branca pelo estudo, pelo trabalho e pelo patriotismo".<sup>1</sup>

Nessa mesma perspectiva, refuta-se a argumentação dos que negam as capacidades de inteligência e energia ao "povo africano", quando o êxito nas escolas, liceus, universidades bem como as organizações sociais demonstram o contrário.

Os ideólogos que são objecto do nosso estudo situam-se numa relação de exterioridade a respeito dos indígenas que o Estado português deve, na qualidade de tutor, instruir e civilizar.

Na exposição dos seus objectivos, a "Junta de Defesa dos Direitos d'África" declara a sua cega confiança na "era nova, rasgada a ferro e fogo nas trevas da monarquia e da Revolução de 4 de Outubro".

E prossegue:

"Resta ver como o Estado compreenderá a sua missão redemptora ante este influxo inesperado de uma raça inteira que já mordeu no pomo da Civilização e quer agora colaborar com ele na reforma da vida nacional".<sup>2</sup>

Um dos protagonistas da época, Juvenal Cabral está convencido desta "verdade incontestável" segundo a qual "podemos fazer dos negros selvagens homens honestos, dos homens cidadãos e dos cidadãos homens de Estado. São transformações sucessivas que se poderão obter facilmente pela poderosa máquina da instrução".<sup>3</sup>

A *Liga Africana*, por seu turno, sublinha o "interesse dos povos colonizadores" em produzir "uma numerosa elite negra inteligente, técnica e profissional".

---

1. *A Voz d'África*. N.º 15. 1 de Abril de 1913.

2. *Ibid.*, N.º 1. 1 de Setembro de 1912.

3. *Correio de África*. N.º 44. 1 de Junho de 1922.



Dado que os **indígenas** estão privados de qualquer existência civil, o **ego** do discurso social e os seus destinatários confundem-se numa única entidade: os **letrados**, os "intelectuais africanos". Por isso, um dos apelos lançados à participação eleitoral contém esta injunção:

"Dai o exemplo de unidade e honrai a vossa Raça levando à elaboração das vossas leis os vossos mais eminentes compatriotas".<sup>1</sup>

### C. A COMPOSIÇÃO SOCIOLÓGICA

A auto-representação social dos protagonistas no discurso político apela a uma "plêiade da nossa **élite africana**" formada por estudantes, mestres-escolas, professores, jornalistas, publicistas, advogados, médicos, técnicos, engenheiros, comerciantes, industriais, proprietários.

Um sector significativo dos "actores dirigentes" que se distinguem na acção unitária — já referimos — é originário de São Tomé. Segundo a análise de Francisco José Tenreiro, "são descendentes das relações entre europeus e negras escravas do período inicial da cana-de-açúcar... São eles que constituem a aristocracia sociológica dos **filhos da terra**".<sup>2</sup>

No período protonacionalista, essa camada social — "os luso-descendentes" — sofre os efeitos da invasão do capital colonial com a irrupção de novos roceiros apoiados pelo Banco Ultramarino. Mas ela possui ainda "capitalistas, industriais, comerciantes e agricultores" em número suficiente para dirigir o comité executivo da "Sociedade Comercial Africana".

Outras indicações fornecem alguns elementos sobre a origem de classe:

Na lista dos doze candidatos a senadores e deputados ao parlamento português propostos pela **Liga Africana**, figuram quatro proprietários, dois oficiais superiores das forças armadas, dois médicos, dois advogados, um publicista e um jornalista. Todos os números da série do jornal "Tribuna d'África" para os anos 1931-1932 trazem no frontispício as seguintes notações:

- Artur de Castro (da classe dos intelectuais africanos);
- Luiz da Cunha Lisboa (da classe patronal africana);
- Joaquim Ramos (em representação dos trabalhadores indígenas).

---

1. Ibid. N.º 2. 7 de Junho de 1921.

2. Cf. Franciso - José Tenreiro, *A Ilha de São Tomé*. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 24. Lisboa, 1961.

Mas se a direcção das organizações unitárias está assim sociologicamente identificada, já o mesmo não sucede com a base militante, em Portugal. Faltam fontes que contenham dados para a sua avaliação qualitativa e quantitativa.

Existem esporadicamente breves alusões à "colónia africana" de Lisboa em que se alude às "centenas de negros" residentes em Lisboa e à miséria de numerosos indigentes, "legiões de compatriotas esfomeados que estendem a mão à caridade".

Conhece-se, por vezes, a categoria sócio-profissional dos aderentes das organizações: nos meados do ano de 1922, a **Liga Africana** publica a lista nominal de 39 dos seus novos sócios, repartida por 18 empregados do sector público, 9 proprietários, 3 empregados comerciais, 2 agricultores, 2 empregados agrícolas, 1 funcionário público, 1 professor primário, 1 guarda-livros, 1 carpinteiro e 1 ourives.

Razões evidentes que se inferem do estatuto sócio-político imposto pelo colonialismo à grande massa indígena levaram as formações locais a recrutar os seus membros no meio civil dito "civilizado". A este respeito, a profissão é um indicador precioso das relações coloniais. Ilustremos com o exemplo do "Grémio Africano de Lourenço Marques". Entre os seus 150 associados, recenseados em Maio de 1921, contam-se, por ordem de frequência:

- empregados de comércio;
- empregados do sector público;
- assalariados (mecânica e imprensa);
- empregados de escritório;
- trabalhadores subalternos dos caminhos de ferro;
- quatro proprietários;
- três comerciantes;
- três agricultores;
- um jornalista (o Presidente da Direcção, João dos Santos Albasini);
- um único alto funcionário, 1.º oficial de Fazenda, natural de Cabo Verde (Thomaz de Abreu Bastos).

Pode-se levantar a questão de saber se os protonacionalistas devem ser considerados como precursores do nacionalismo moderno.

A resposta procede da apreensão global de um movimento de ideias e de práticas que convém examinar sob o duplo ângulo da continuidade e da ruptura. A linha de continuidade situa-se no plano dos temas essenciais do discurso político, considerados num outro contexto e carregados de conteúdos diferentes. Com efeito, a problemática inerente ao sistema colonial recol-

car-se-á durante largo tempo em termos da dicotomia indígena/ /assimilado, da permanência apenas dissimulada do trabalho obrigatório, do esbulho das terras ou do acesso à instrução.

Um tema recorrente será o discurso da **raça** reassumido no contexto cultural do movimento da **negritude**.

O plano da prática oferece um vasto campo ao carácter duradouro da mensagem protonacionalista:

- Ao nível **colectivo**, as gerações vindouras vão reter a vontade de organização e o espírito unitário à escala dos cinco países sob dominação portuguesa, anunciador de ultteriores iniciativas.
- Ao nível **sócio-político**, a própria sobrevivência de personalidades notáveis pela coerência vertical entre os seus actos e as ideias nativistas, emancipadoras, fá-los-á designar pelo poder colonial como elementos potencialmente subversivos. Tal é o caso do Engenheiro Agrónomo Salustino da Graça Espírito Santo que será implicado pelo governador Carlos Gorgulho na direcção da resistência do povo de São Tomé ao recrutamento para o trabalho forçado nas plantações, resistência esmagada, aquando dos massacres de 3 e 4 de Fevereiro de 1953.
- Ao nível **familiar e individual**, a socialização e convivialidade contestatárias pesariam nas opções de certas personalidades singulares que marcarão o curso da história futura.

Em suma, a memória retida, nesta continuidade selectiva, da determinação dos protonacionalistas em elaborarem o protesto escrito contra o destino colectivo das populações indígenas correu para a formação das novas consciências em revolta.

Mas o protonacionalismo, na sua essência, era produtor de um discurso com uma finalidade ilusória:

assumindo-se como negros **cultos**, no molde ocidental, **sujeitos** da nação portuguesa e **legalistas**, estes ideólogos, por condições históricas conducentes à imaturidade na sua análise, não tinham atingido o grau crítico de compreensão da lógica do sistema colonial português.

E aí reside precisamente o ponto de ruptura que será expresso pela geração que fará a sua entrada na cena da história, nos anos imediatos à Segunda Guerra Mundial.

## ELABORAÇÃO DO DISCURSO DE RUPTURA

A gestação do nacionalismo deriva do processo colonial de reestruturação social das comunidades autóctones e de proletarização urbana, das normas de discriminação racial, bem como das influências provenientes dos contactos e reagrupamentos interétnicos, através do trabalho forçado e das migrações.

A elaboração do discurso de ruptura decorre obviamente no "tempo colonial", quando o contexto africano e internacional é objectivamente favorável à afirmação dos nacionalismos unitários.

O perfil sociológico dos "actores dirigentes", produtores do escrito de projecto configura-se esquematicamente do modo seguinte:

- indivíduos oriundos das camadas subalternas, autóctones, cuja formação se processa sob o controlo do poder político colonial, através dos aparelhos de hegemonia cultural (escola, igreja); essas camadas não estão em geral directamente ligadas ao aparelho produtivo — o que explicita a sua **elitização**. Conjunto social assimilável à **pequena burguesia**.

Ao ascender à crítica das contradições engendradas pela situação colonial, representantes de uma **intelligentsia** embrionária contestam a dicotomia entre indígenas e civilizados — o que caracteriza os projectos colectivos que se desenvolvem no espaço interno.

Três fases ritmam a **praxis** nacionalista nos anos ulteriores à Segunda Guerra Mundial: a da congregação dos homens e sua aprendizagem cultural e política; em seguida, a da explosão organizacional e, enfim, a da viragem decisiva para a opção da luta armada.

**Praxis** que se observa nas associações legais, nas Igrejas e nos agrupamentos literários.

Cada um destes campos mereceria extensa análise, se fora nosso propósito. Indiquemos tão-somente alguns marcos de referência.

Encarado sob o ângulo da continuidade das manifestações orgânicas criadas na esteira do protonacionalismo, a expressão política organizada (e oficialmente autorizada) nas colónias portuguesas apresenta no período que agora contemplamos, os seguintes traços:

- a lenta agonia do carácter operatório do **legalismo** preconizado pelas **ligas e grémios**;
- a ambiguidade do posicionamento dos principais protagonistas dessas agremiações.

- a deturpação da mensagem da "causa africana";
- a instrumentalização de certas personalidades africanas pelo poder colonial.

Tais traços ressaltam das ideias e práticas que se constatarem particularmente em Angola e Moçambique onde se notam evidentes analogias nas cisões e rivalidades interassociativas: a **Liga Nacional Africana** (herdeira da **Liga Angolana**) e o **Grémio Africano** que cede o lugar à **Associação dos Naturais de Angola**; a **Associação Africana da Colónia de Moçambique** (sucessora do **Grémio Africano de Lourenço Marques**) e o **Instituto Negrófilo** que se designará **Centro Associativo dos Negros**.

Em virtude da composição racial e social dos seus aderentes, impõe-se nitidamente um paralelo: à **Liga Nacional Africana** corresponde, em Moçambique, o **Centro Associativo dos Negros** e a **Associação dos Naturais de Angola** mantém afinidades com a **Associação Africana**.

A fractura mais visível, ou seja, a divisão entre negros e mestiços traduzia as barreiras de raiz sócio-económica e cultural nas quais se baseava o sistema colonial para prolongar o "estatuto dos indígenas".

Adentro da ambiguidade do posicionamento político dos actores sociais atrás referidos (isto é, os dirigentes associativos), os comportamentos são variáveis: ora tomam as formas da dissimulação, ora atingem o ponto máximo do compromisso velculado no discurso pro-colonial.

O desfecho do confronto incltado do interior por elementos da nova geração traça a linha divisória entre o legalismo então praticado e a dinâmica nacionalista.

O papel das igrejas "separatistas", enquanto movimento de reacção e recusa da "ordem estabelecida" carece de reavaliação, na perspectiva das correntes protestatárias, constitutivas do despertar nacionalista.

Aparecidas na área austral do continente há quase um século (precisamente em 1892) e na África Central, com particular incidência no domínio étnico mukongo, após a Primeira Guerra Mundial, as "igrejas negras" concretizam a resposta do grupo em situação colonial "no plano em que se encontrava mais ameaçado — o das crenças e comportamentos fundamentais; no único plano em que a emancipação era possível" conforme escreve Georges Balander.<sup>1</sup>

A manifestação do fenómeno em Moçambique integra-se, como é sobejamente conhecido, na tipologia já estabelecida pelo

---

1. Vide: "Messianismes et Nationalismes en Afrique Noire", Cahiers Internationaux de Sociologie, Vol. XIV, 1953. Pp. 41-65.

missionário luterano B. G. M. Sundkler, nas Igrejas ditas "etíopes" e "slonistas".

Parece-nos, todavia, que a apreensão global desta matéria, no sentido sócio-cultural e político necessita do cotejo com as fontes emanadas da administração colonial. A despeito da sua natureza inerente à **sociologia policial**, os diversos relatórios consagrados às "seitas gentílicas" ou "nativas" contêm, na base de elementos colhidos junto de uma extensa rede de informadores, e ao longo de interrogatórios, dados extremamente úteis para o conhecimento das

- Igrejas (sua origem, doutrina, código de disciplina, cultos e ritos);
- sua estruturação organizacional (hierarquias, órgãos de decisão);
- "Identificação de parte do seu pessoal dirigente espalhado por inúmeras localidades dos Distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane e, num ou noutro caso, Manica e Sofala";
- localização dos núcleos de actividades e área de influência;
- estimativas do número de fiéis e adeptos;
- ligações reais ou presumíveis com o **ANC (Congresso Nacional Africano)**, na África do Sul e, no espaço interno, com o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala;
- enfim, da implicação subversiva em determinadas ocorrências (caso dos motins da Machanga).

Essas fontes fornecem elementos importantes para a reconstituição da filiação histórica do sentimento nacionalista moçambicano, através dos numerosos documentos escritos nas línguas **bantu** e também em Inglês: hinos, cânticos (a sua mediação teológica), actas das conferências, correspondência trocada entre dirigentes das Igrejas africanas...<sup>1</sup>. Assim surgem com mais nitidez os contornos de personalidades religiosas de dimensão política como **Elias Saúte Mucambe** e **Kamba Simango**<sup>2</sup>.

Quanto aos agrupamentos literários, já tem sido suficientemente sublinhado o papel e a função da poesia de ruptura na "conscientização" política. A leitura do **corpus** africano de escrita portuguesa, produzido nos anos 40 e 50 comprova o facto. Fazem parte desse conjunto textual, em primeiro lugar, a **Ilha de Nome Santo**, colectânea de poemas editada em 1942, da autoria

---

1. Afonso Ivens Ferraz de Freitas. Província de Moçambique. Seitas Religiosas Gentílicas. Confidencial, 1957. IV Volume Arquivo Histórico de Moçambique.

2. Vide Mário Pinto de Andrade. "Proto-nacionalismo em Moçambique. Kamba Simango. In "Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique". N.º 6. P.

do santomense Francisco-José Tenreiro cuja **démarche** singular e solitária inaugura a expressão da **negritude** no quadro lusógrafo. Posteriormente, os escritos marcados de maneira desigual pela inspiração poética e concomitantemente, os ensaios críticos (alguns ainda inéditos).

Os textos provêm de autores vivendo nos centros urbanos (Luanda, Lourenço Marques) e também em Portugal, sobretudo nos meios estudantis de Coimbra e Lisboa. O primeiro espaço era teatro de tentativas de organização de movimentos literários (**Vamos descobrir Angola, Movimento dos Novos Intelectuais e menos significativamente Msaho**), como de periódicos de vocação cultural. O segundo era a sede do "Centro de Estudos Africanos" a que nos referiremos adiante. Entre eles, estabeleceu-se uma confrontação e uma circularidade de temas, de ideias, através da correspondência trocada entre os protagonistas. O **corpus** em presença que se distingue pela vontade de testemunhar é relativamente restrito; mas a densidade e o alcance social ressaltam da integração num conjunto significante mais vasto e dum leitura simultânea dos textos e da sua intertextualidade.

A poesia (ilustrada pelos nomes de Agostinho Neto, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Viriato da Cruz, Marcelino dos Santos, Gabriel Mariano, Ovídio Martins, António Jacinto, entre outros) ordena-se, em nosso entender, segundo três eixos temáticos:

- a) a busca de identidade;
- b) a procura de matrizes culturais africanas;
- c) a manifestação do real social.

Algumas cartas inéditas deste período são reveladoras do sentido premonitório dos poetas — o anúncio da convulsão profunda na sociedade colonizada.

Efectuemos agora um regresso ao facto assinalado anteriormente — as fases que ritmam a **praxis** nacionalista, nos anos ulteriores à Segunda Guerra Mundial — mas consideradas sob o ângulo unitário.

Tal como no princípio do século, é na capital do "império" que um grupo de africanos, entre os quais avultam estudantes universitários e alguns funcionários médios do aparelho de estado se empenha, nos fins dos anos 40, no pacífico combate para a revitalização de uma agremiação denominada "Casa d'África Portuguesa", ou, nos termos da época, uma sociedade defensora "dos interesses da massa africana". Trata-se, no fundo, de conquistar a direcção ilegalmente presidida por uma figura outrora destacada do protonacionalismo, Artur de Castro.

A **Comissão Reorganizadora** (a que pertencem alguns dos futuros actores dirigentes das lutas de libertação nacional: Amílcar

Cabral, António Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, Alda do Espírito Santo, Mário Pinto de Andrade) perde finalmente a batalha para o cumprimento das normas estatutárias, na derradeira assembleia ocorrida tumultuosamente em 2 de Agosto de 1950.

Abre-se, então, um outro campo de actividades com a criação em Outubro de 1951, por um núcleo de jovens intelectuais, do "Centro de Estudos Africanos", vector de formação e informação cultural, de "reafricanização dos espíritos", onde se forja a denúncia do colonialismo. Paralelamente, o mesmo núcleo desenvolve iniciativas de cunho nacionalista nas "associações de classe" e centros de agitação cultural e política — o **Club Marítimo Africano** e a **Casa dos Estudantes do Império**.

Impõe-se progressivamente na conjuntura política portuguesa, a necessidade da clandestinidade.

Em sintonia com a explosão organizacional que se alastra pelo espaço colonial, formula-se o discurso unitário.

A originalidade do fenómeno, em relação ao protonacionalismo, verifica-se em vários planos:

- o da **liderança concomitante**, ou seja, os actores dirigentes encontram-se efectivamente na chefia dos movimentos nacionais ou em vias de assumi-la;
- o da multiplicidade dos locais exteriores de elaboração do discurso (alargamento do horizonte espacial) e, por consequência, da praxis política: Lisboa, Paris, Tunis, Conakry, Casablanca — Rabat;
- o da solicitação de uma pluralidade de interlocutores-destinatários:

trabalhadores manuais e intelectuais, do campo e das cidades, camponeses, operários, estudantes, soldados obrigados a servir no exército colonial (internamente);

- autoridades coloniais, opinião pública portuguesa e mundial, Organização das Nações Unidas (no exterior).

## **2.ª ORDEM DO DISCURSO**

Estamos finalmente em posição de analisar o conteúdo da segunda ordem do discurso do "Clamor Africano". Cingimo-nos aqui a um período da sua formulação que decorre entre a fase de explosão organizacional e a reunião constitutiva da C.O.N.C.P., isto é, de 1957 a 1961. Corresponde à emergência do processo político unitário da modernidade, no contexto histórico da conquista das independências africanas, da **coexistência pacífica e do neutralismo positivo**.



O **corpus** teórico compõe-se dos seguintes escritos que viam a constituir o enunciado hegemónico:

- 1.º As actas da "reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português", realizada em Paris, de 15 a 18 de Novembro de **1957**.
- 2.º O Manifesto do "MAC" (Movimento Anti-Colonialista) proclamado a 1 de Janeiro de 1960, em Conakry.
- 3.º A "Carta da F. R. A. J. N. (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas)" divulgada em Tunes, a 28 de Janeiro de 1960.
- 4.º O "Comunicado da Conferência de Imprensa dos dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas", organizada em Londres, na Câmara dos Comuns, a 6 de Dezembro de 1960.
- 5.º As resoluções da "Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas" (C.O.N.C.P.), realizada em Casablanca, de 18 a 20 de Abril 1961.

Podemos identificar os seus produtores (os mais intervenientes): um grupo restrito de jovens intelectuais em mutação **Jacobina** para a profissionalização política.

Através destes textos, como se apresentam as diferentes categorias políticas do discurso?

Partindo da **inequívoca** afirmação duma identidade cultural de **africanos**, em luta pelo advento do facto nacional, os nacionalistas exprimem um pensamento sobre o **inimigo**, a **violência**, a **organização** e **base social** que são os domínios privilegiados da nossa leitura.

## **A. O INIMIGO**

Numa fórmula lapidar que não deixa margem para qualquer dúvida, o colonialismo é definido como inimigo **irreconciliável** dos povos das colónias portuguesas de África. Um sistema e um aparelho de opressão.

Gulado por intuitos pedagógicos, a fim de esclarecer a noção de inimigo junto dos africanos e dos portugueses, o Manifesto do MAC refuta os princípios jurídicos invocados por Portugal para defender o domínio colonial — o **direito histórico**, a **ocupação efectiva dos territórios**, a **exigência do progresso**, **desenvolvimento material e moral das colónias e das suas populações**, princípios negados e destruídos respectivamente pela Conferência de Berlim, a Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas.

Em termos negativos, o "salazarismo", variante portuguesa do fascismo não é o inimigo principal: "é um instrumento virulento, mas naturalmente transitório, do velho e odioso colonialismo português".

A reciprocidade da perspectiva histórica é, entretanto, afirmada:

"Mas ao lutar contra o colonialismo português, os nossos povos estão a dar ao povo de Portugal a melhor contribuição na sua luta contra o fascismo. Porque enquanto perdurar a estrutura colonial portuguesa, é certo que o povo português correrá o risco de ser vítima de ditaduras fascistas".

Daí a proposta de **aliança** entre os movimentos de libertação e a Oposição portuguesa, para a formação de uma **frente unida** contra o fascismo e o colonialismo.

## **B. A VIOLÊNCIA**

Ainda antes da teorização fanoniana sobre a função libertadora da violência, o núcleo nacionalista caracteriza a situação colonial como um acto permanente de violência.

E porque a violência é inerente ao sistema de dominação, o governo português coloca-se numa posição dilemática: ou a manutenção do regime ou, ameaçado nos fundamentos da sua supremacia, a guerra colonial. A violência é assim situada no campo inimigo. A revolta legítima dos povos, o governo português recorre a uma repressão sangrenta. Criador duma psicose de guerra, Portugal é acusado de praticar o genocídio e de preparar o desencadeamento duma guerra preventiva.

Apoiado no direito à insurreição reconhecido pelo Direito Internacional, o movimento nacionalista fixa-se por objectivo essencial responder à violência, segundo Frantz Fanon "uma realidade derivada e mediatizada pelo processo de exploração do colonialismo".

Donde a necessidade de destruir a estrutura e as forças do colonialismo português. Mas esta destruição pode ser realizada por meios pacíficos e violentos. Ambos são indicados pelo manifesto do MAC.

Em último recurso:

"Desencadear, sob as formas mais convenientes, a luta armada contra o colonialismo português, numa guerra justa de libertação nacional, em resposta à guerra co-

lonial, injusta, imposta pelos colonialistas portugueses”.

Uma variante, adaptada ao local de enunciação do discurso político, a Câmara dos Comuns — “this august house of democracy” — é a utilização da expressão — única alternativa da “acção directa”, já que o método é reclamado pelos povos que “têm agora insistido com a máxima urgência que se organize um plano de autodefesa activa”.

A linguagem dominante neste âmbito reivindicativo e de definição dos princípios políticos incide sobre a conquista **imediate** da soberania nacional, a independência **real** e a liquidação **total** do colonialismo e o imperialismo no continente africano.

### C. A ORGANIZAÇÃO E BASE SOCIAL

Demonstra-se através dos textos, a necessidade da organização, condição **sine qua non** para a materialização do objectivo libertador.

Num primeiro momento, o apelo à participação organizativa visa aglutinar os **patriotas**, os **africanos honestos** (no combate anticolonialista), embora a direcção da luta seja atribuída — ilusoriamente — ao **proletariado**.

A reunião em que o núcleo nacionalista de ideólogos pretende proceder à análise de **classe** em cada uma das sociedades colonizadas salda-se por um exercício mimético.

Assim a adopção deste princípio:

“As classes trabalhadoras das colónias portuguesas de África são as mais revolucionárias. Cabe ao proletariado o papel de mobilização e organização das massas e de direcção da luta contra o colonialismo”.

Em 1960, a FRAIN define-se como a “**aliança** de partidos políticos e de organizações de massa de países africanos sob dominação colonial portuguesa”.

Enfim, a C.O.N.C.P. eleva a qualidade organizacional, ao engajar “**todos os patriotas das colónias portuguesas a mobilizarem-se nas suas organizações nacionais**” e ao convidar “**os diversos movimentos nacionalistas a agrupar as suas forças em frentes de luta unida em torno de um objectivo imediato: a liquidação do colonialismo português**”.

### CONCLUSÃO

Vimos sucintamente o desenrolar do **processus** de expressão dos escritos protestatários, das manifestações do protonacionalismo unitário em Portugal, para desembocar na ruptura induzida pelo grupo de nacionalistas da modernidade.

No termo desta narrativa ideológica, convém questionar os limites epistemológicos da nossa **própria démarche**.

1.º A apreensão global das ordens do discurso do "Clamor Africano", sua natureza, o perfil sócio-cultural dos seus produtores, deve proceder de uma concepção da história, susceptível de captar num mesmo movimento a **totalidade social** do conjunto africano em análise — o que explica as ideias e a formação das mentalidades. É Pierre Vilar que incita a "pensar tudo historicamente", como linha essencial do marxismo. Tomamos para nosso governo (**pro domo nostra**) a história social como método de abordagem no curso da redacção definitiva desta pesquisa.

2.º O enunciado político nacionalista não se restringe obviamente, ao "ciclo dirigente" mas inter-relaciona-se com o "ciclo popular". Eis a razão pela qual a historiografia dos nacionalismos deve fundamentar a sua filiação ideológica nas resistências multiformes e constantes que, durante séculos ritmaram os combates contra a ocupação estrangeira — o que confere a essa historiografia a espessura temporal da **longa duração**. Nem de outro modo se poderia entender como o ideário do núcleo nacionalista de origem que evoluiu progressivamente para núcleo dirigente **marxizante** ou **marxista** das lutas de libertação nacional, se enraizou em largos sectores da sociedade colonizada, materializando aspirações colectivas às **mutações sociais**.

Não é demais sublinhar a importância operatória dos testemunhos orais e escritos dos protagonistas do "ciclo popular".

Nessa tentativa de percepção do **vivido** das massas populares pelos próprios interessados se enquadra a iniciativa da "Oficina de História", concebida e impulsionada por Aquino de Bragança, tão presente **hoje** e **aqui** nas nossas memórias.

Trazemos ainda à colação, um dado da investigação levada a cabo pelo historiador Achille Mbembé sobre o discurso nacionalista nos Camarões a partir do exemplo paradigmático da "União das populações dos Camarões" (U.P.C.). Trata-se da relevância do factor linguístico em toda a pesquisa sobre a enunciação do político. Escreve o autor:

"(...)" Que quer dizer "enunciar o político" quando "actores subalternos" decidem reapropriar na sua língua e organizar práticas da palavra através das quais eles definem o seu espaço e as suas lógicas próprias? A "passagem" ou "não passagem" ao político são inteligíveis, se não forem tomadas em consideração as estruturas mentais, culturais, sociais e políticas no interior das quais se movem os actores, a compreensão que delas possuem e os modos pelos quais as nomelam.

"(...) o texto cantado ou escrito em língua baaṣa obriga o analista a apreender a maneira como os actores políticos enunciam o tempo político, periodizam, articulam o calendário e as estações, organizam a memória e acumulam motivações que autorizam a radicalizar a luta ou a expulsar esta última para uma espécie de tempo de espera messiânico. O mesmo texto escrito ou cantado permite então que se aperceba a maneira como, no interior de uma formação discursiva nacionalista, a aparência monolítica e uniforme do enunciado francês se enriquece na língua nacional".<sup>1</sup>

É neste contexto que o regresso aos textos orais e escritos abre novas possibilidades à investigação.

3.º A abrangência do tema em debate exige finalmente a incorporação das totalidades sócio-culturais africanas, para lá das fronteiras em que as colónias portuguesas foram artificialmente inseridas.

Tais se nos afiguram as articulações necessárias que devem presidir à orientação da historiografia do nacionalismo.

---

1. Cf. J. Achille Mbembé, "La parole de l'indépendance: Les ordres du discours nationaliste au Cameroun (1946-1956)". *Revue Française de science politique*. N.º 3. Juin 1985. Pp. 451-486.